

Dinheiro.

Solteiros valorizam originais

Um total de 38% dos solteiros aceita pagar mais caro por marcas originais em SP, segundo a Bridge Research.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

ROYALTIES CIDADES NÃO MOSTRAM GASTOS

Estudo conclui que quanto mais se ganha, menos se divulga



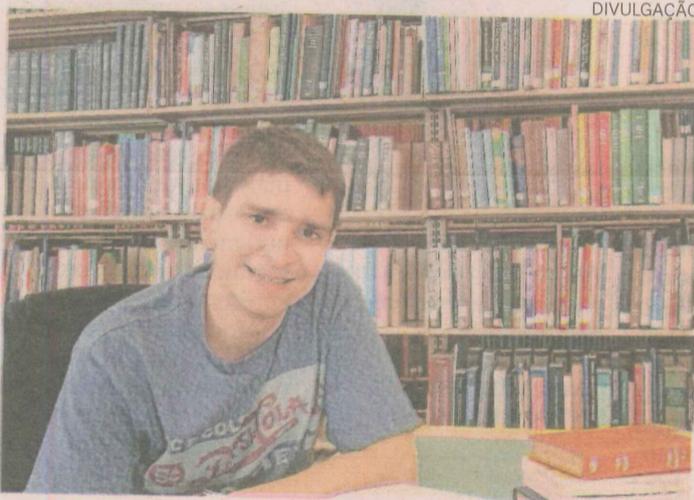
▲ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

No momento em que o Congresso Nacional se prepara para votar os projetos de lei que tratam da divisão dos royalties de petróleo do pré-sal, uma pesquisa mostra que quanto mais dinheiro de royalties o Estado recebe, menos transparente são seus gastos.

Este e outros dados fazem parte do estudo elaborado pelo jornalista e mestre em Estudos da América Latina pela University of Illinois at Urbana-Champaign e doutorando em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) Renato Lima de Oliveira.

Interessado em analisar como o Brasil gerencia os royalties, Oliveira constatou que os municípios que recebem dinheiro de petróleo apresentam até 16% maior probabilidade de esconder dados fiscais que devem ser informados todos os anos.

Esta conclusão, segundo ele, não era o objeto principal da pesquisa, mas acabou ganhando destaque na tese de mestrado e será mais amplamente pesquisado na tese de doutorado. Além da desti-



DIVULGAÇÃO

“O trabalho serve como alerta sobre a aplicação dos recursos do pré-sal, que aumentarão ainda mais o peso do petróleo nas finanças.”

—
RENATO LIMA
PESQUISADOR

OS PROBLEMAS NO ESTADO



▲ **Presidente Kennedy**
O município do Sul é o que mais recebe royalties hoje no Estado. Já teve as contas investigadas pelo Ministério Público por uso indevido dos royalties. Assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).



▲ **Fundão**
Neste município, no final de maio, o prefeito e o vice foram afastados e servidores presos por uso indevido de dinheiro público, inclusive de royalties. Tanto o prefeito quanto o vice já voltaram aos seus cargos.



▲ **Outros**
Água Doce do Norte, Águia Branca, Apiacá, Conceição da Barra, Ecoporanga, Gov. Lindenberg, Irupi, Linhares, Mantenópolis e Vila Pavão já ficaram até um ano sem informar os gastos ao Tesouro.

nação dos royalties, o professor de Pernambuco investigou a inserção do Brasil no grupo dos exportadores de petróleo.

“O trabalho serve como alerta sobre a aplicação dos recursos do pré-sal, que aumentarão ainda mais o peso do petróleo nas finanças públicas nos próximos anos”, afirmou Oliveira.

A pesquisa de Oliveira levou em conta os dados de 2000 a 2009. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), de 1999 a 2010, foram repassados para os Estados, municípios e a União R\$ 127 bilhões em royalties e participação especial.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que todos os municípios enviem os dados referentes à receita e às despesas para o governo federal. Porém, a cidade que não tiver finanças transparentes continua recebendo as transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os royalties de petróleo.

Oliveira ressalta que, em vez de debater, no Congresso Nacional sobre quem vai gastar os royalties, os parlamentares e governantes deveriam discutir como serão gastos os recursos do petróleo.

OUTROS PAÍSES

Venezuela

▼ Expectativa

Na década de 70 do século passado, a expectativa era de que o país se tornasse a grande potência em petróleo da América Latina por causa do número de reservas que foram encontradas. Mais por questões políticas do que econômicas, isto não aconteceu.

Holanda

▼ Doença

A entrada de muito dinheiro proveniente do petróleo acabou provocando, ao invés de mais desenvolvimento, a chamada “doença holandesa” que provocou desindustrialização e retrocesso econômico.

Noruega

▼ Fundo

Depois de experimentar grande crescimento, a partir do início da produção de petróleo e gás, o país decidiu criar um fundo de investimentos para garantir o desenvolvimento depois que terminar o petróleo.

Em nove anos, omissão subiu de 9% para 25%

▲ O pesquisador Renato Lima de Oliveira analisou o histórico do não envio de dados fiscais de 5.561 municípios de 2000 a 2009.

Cidades que recebem royalties foram apenas 9%

dos que tiveram contas não transparentes no primeiro ano de validade da Lei de Responsabilidade Fiscal. O índice aumentou para 25% em períodos de 2007 a 2009.

Ele usou dados do Tesouro Nacional, Agência Nacional do Petróleo (AN), dos Tribunais de Contas dos Estados e de petrolíferas. Observou o peso de fatores como tamanho da po-

pulação, comparecimento eleitoral, percentual de autofinanciamento do município, entre outros controles estatísticos.

De todos os dados, o fator de receber petróleo re-

velou-se como o mais associado à falta de transparência. Outro dado é que esse efeito é reduzido por características locais que reforçam o controle social, como maior comparecimento eleitoral e maior participação de impostos municipais na receita total

do município.

Campos, maior produtor de petróleo do país, só enviou dados em cinco dos dez anos pesquisados. Já o município do Rio de Janeiro, também beneficiada com royalties, foi transparente em todos os anos pesquisados.